

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 27 DE ABRIL A 3 DE MAIO DE 1982
Nº 183 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro
Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

CEDI

DIRETOR

Domício Pereira de Matos

EDITOR DO ACONTECEU

Rubem Thomaz de Almeida

CONSELHO EDITORIAL

Aloísio Mercadante Oliva
Carlos Cunha
Carlos Rodrigues Brandão
Heloísa Martins
Jether Ramalho
Letícia Cotrim
Neide Esterci
Paulo Ayres Matos
Paulo Cezar Botas
Rubem T. de Almeida
Zwinglio Mota Dias

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 500,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16.082
22221 - Rio de Janeiro - RJ

AMANHÃ, O DIA DO TRABALHO

Amanhã, 1º de maio, é o Dia do Trabalho, a partir do 1º de maio de 1886, na praça Haymarket, em Chicago, quando quatro operários foram mortos, durante realização de greve. A data, no Brasil, começou a ser festejada em 1908, mas só foi oficializada em 1931. O presidente João Figueiredo falará à Nação, às 20h15, por rede nacional de rádio e televisão. A Secretaria das Relações do Trabalho do governo paulista programou festas em vários pontos do Interior e da Capital, destacando-se competições esportivas, corais, forrós, cinema e teatro gratuitos. Em Manaus, o Partido dos Trabalhadores marcou dois atos públicos, sendo o primeiro contra o aumento das contribuições previdenciárias e o segundo "para homenagear os Mortos na luta pela emancipação da classe". Um ato público contra o "pacote" da Previdência Social e pedindo o fim da Lei de Segurança Nacional será realizado às 11 horas de amanhã, no paço municipal de São Bernardo do Campo, como parte das comemorações do Dia do Trabalho, no ABC. Organizado por vários sindicatos e movimentos populares da região, o ato será precedido de passeata, que sairá da igreja matriz, onde, às 9 horas, uma missa será celebrada pelo bispo dom Cláudio Hummes, da diocese de Santo André. Na concentração do paço municipal, os oradores também defenderão a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), além de se manifestarem sobre a reforma agrária, liberdades democráticas e liberdade e autonomia dos sindicatos. Farão uso da palavra Luis Inácio da Silva, presidente nacional do PT e que falará em nome da comissão pró-CUT, Vicente Paula da Silva, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP), Agenor Narciso, da oposição sindical dos químicos do ABC, um sindicalista de São Paulo e um representante do Movimento de Defesa dos Favelados, cujos nomes ainda não foram definidos. (ESP - 30/4/82)

EM BAURU (SP), GREVE POR SALÁRIOS ATRASADOS

Os 600 funcionários do Hospital de Base de Bauru (SP), responsável pelo atendimento de pacientes da cidade e dos outros 37 municípios da 7ª região administrativa, ainda não receberam o pagamento de março e estão revoltados com a direção da entidade. Eles denunciaram que recentemente lezenas de funcionários do setor de limpeza foram dispensados e que a direção contratou os serviços de uma empresa especializada, pagando a ela dois meses adiantados, enquanto alega não ter dinheiro para acertar salários. Os funcionários também estão reclamando do não pagamento de horas extras feitas quase diariamente. (ESP - 30/4/82)

ALÁRIO ATRASADO CAUSA NOVA GREVE EM JUNDIAÍ (SP)

cerca de 350 trabalhadores da unidade Trevo da Vigorelli do Brasil, em Jundiaí, deflagraram nova greve em protesto pelo não pagamento de seus salários correspondentes ao mês de março que, segundo acordo assinado entre a direção da empresa na Subdelegacia Regional do Trabalho, seria pago até o último dia 10. As atividades da indústria naquela unidade estão completamente paralisadas e os operários recusam-se a voltar ao trabalho até que a direção da empresa faça o pagamento. Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Jundiaí, José Barbosa, "essa greve é legal". A diretoria do sindicato está negociando o pagamento dos salários atrasados com a direção da Vigorelli, mas esta se recusa a efetuá-lo enquanto os trabalhadores não reiniciarem suas atividades. A direção da empresa alega também que "o pagamento não saiu ainda porque o gente do Banco do Brasil está viajando e não pudemos conseguir o dinheiro que necessitamos para cumprir o acordo". (FSP - 28/4/82)

MIL PARALISAM CHESF POR SALARIO

Cerca de 1 mil operários da construção civil que trabalham na Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) estão em greve por melhores condições de salários e de trabalho. São todos contratados por empreiteiras, a maioria deles trabalhando em obras da Chesf no Município de Paulo Afonso (BA) - distante 435 quilômetros da Capital - há mais de seis anos, como horistas. As várias empreiteiras, estão com suas atividades paralisadas desde anteontem. Os trabalhadores reivindicam, principalmente, que passem da condição de horistas para assalariados com pagamento mensal. Lutam também pela equiparação salarial aos operários contratados diretamente pela Chesf, que têm piso de Cr\$ 24 mil mensais. (JB - 29/4/82)

OPERÁRIOS DA VW PARAM POR 1 HORA

Os operários da Volkswagen Caminhões, de Santo André (SP), paralisaram o trabalho ontem, das 10 às 11 horas da manhã, em protesto contra a demissão de dez trabalhadores. Segundo o presidente eleito do sindicato dos metalúrgicos, que trabalha na empresa, a direção da Volkswagen recuou nas demissões e concordou em negociar com os metalúrgicos. Ao sabrem que dez operários seriam demitidos, os seus colegas, num total de 585, decidiram parar de trabalhar e entraram imediatamente em assembleia. No mês passado, a Volkswagen Caminhões havia demitido 78 trabalhadores em função da crescente ociosidade de suas máquinas que já chega ao nível de 60%. Em princípios de 1981, a Volkswagen Caminhões conta com cerca de 1.800 operários. (FSP - 1/5/82)

NO PARÁ MOTORISTAS VOLTAM A PARAR

Reunidos ontem à noite em assembleia-geral, que se prolongou até as primeiras horas da madrugada de hoje, os motoristas e cobradores de ônibus da Capital paraense decidiram retomar a greve geral iniciada segunda-feira. A decisão não é fim à trégua de 24 horas para negociações entre empregados e empregadores. A frustrada tentativa de acordo ocorreu ontem na sede da Delegacia Regional do Trabalho. Da assembleia-geral, no sindicato da classe, participaram 300 pessoas, entre motoristas e cobradores. Após decidirem reiniciar o movimento, permaneceram no local com o objetivo de constituir as várias comissões, que terão, entre outras atribuições, a de coordenar as atividades para criação de um fundo de greve. (JB - 29/4/82)

MOTORISTAS DE SP NÃO TÊM DIREITOS CUMPRIDOS

Os motoristas e cobradores de ônibus da Capital (SP) encerraram a semana passada com um magro resultado em suas pretensões de 15% a título de produtividade, só obtendo dos patrões Cr\$ 1.500 fixos. Já os empresários continuam negociando o segundo aumento do ano (houve quatro em 1981), reivindicando reajuste da tarifa de Cr\$ 30 para 47. É extremamente remota, porém, a possibilidade de a categoria entrar em greve. Fontes ligadas às duas partes mencionam a possibilidade de um acordo, já quase definido, em que os empresários dariam 4% de produtividade e os motoristas evitariam repetir as críticas ao aumento da tarifa que fizeram em novembro do ano passado. A própria diretoria do Sindicato lembra que, na época, os empresários ameaçaram não pagar seus empregados, em represália pela campanha contra o aumento das tarifas. Explorados, desunidos - em parte pela própria condição do trabalho, que os obriga a cumprir turnos de 12 a 13 horas por dia, em média - os motoristas de empresas particulares não têm, em sua grande maioria, os direitos trabalhistas respeitados. Raríssimas empresas depositam o Fundo de Garantia, praticamente nenhuma paga aviso prévio ao despedir o funcionário, muitas se negam a pagar o 13º e as férias aos demitidos e nenhuma paga horas extras. (FSP - 3/5/82)

DELFIM QUER A COFERRAZ EM FUNCIONAMENTO

O ministro Delfim Netto, do Planejamento, afirmou em Brasília: a Siderúrgica Coferraz deverá pagar todos os salários atrasados de seus 1.800 empregados - prioridade absoluta - e manter a fábrica em funcionamento, para evitar desemprego. Até segunda-feira o governo pode anunciar uma solução. A idéia, discutida ontem no ministério, é a seguinte: reativar a siderúrgica, produzir vergalhões e vendê-los antecipadamente para pagar os atrasados. (ESP - 29/4/82)

PM DETÉM OPERÁRIOS DA COFERRAZ

Quatro operários da Siderúrgica Coferraz, de Santo André - que está com dois meses de atraso nos salários, os empregados em greve e um pedido de Concordata preventiva na Justiça - foram detidos ontem, no centro de São Bernardo, pela Polícia Militar, por estarem esmolando na rua. "Ordens do comando geral", alegaram os soldados, que qualificaram os metalúrgicos e os liberaram em seguida. Os operários estavam na rua, mostreando cartazes sobre a situação crítica da Siderúrgica Coferraz e solicitando ajuda dos pedestres e motoristas. (JB - 1/5/82)

VISTIA A SINDICALISTAS

o ministro do Trabalho, decretou ontem anistia para 72 ex-dirigentes sindicais de todo o País, que haviam sido afastados de seus cargos no período pós-revolução. Entre os anistiados está Hércules Correa dos Reis, membro do comitê central do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A medida não beneficia nenhum dos antigos dirigentes dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista, os quais, embora absolvidos pela Justiça Militar, continuam respondendo a processo com base na lei de greve, na Justiça Civil. Com a anistia, os antigos sindicalistas recuperam o direito de serem eventualmente eleitos para novos mandatos de liderança sindical, já que nunca perderam a condição de filiados aos sindicatos. (FSP - 1/5/82)

NOVO REITOR DA UNICAMP REVOGA ATOS PUNITIVOS

A demissão de 13 funcionários e o afastamento de 8 diretores de institutos e faculdades foram cancelados pelo novo reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), prof. José Aristodemo Pinotti, através de portaria publicada ontem no "Diário Oficial" do Estado. Funcionários e diretores foram punidos em outubro de 1981, durante a chamada "intervenção branca" do Estado. Pinotti admitiu que a reintegração é um ato de anistia, "porque na universidade precisa reinar um mínimo de confiança e paz interna". Sua decisão foi considerada "uma maravilha" pela Associação dos Docentes (Adunicamp), que classificou o reitor como "um espírito moderno". (FSP - 28/4/82)

METALÚRGICO PARA EM NITERÓI (RJ)

Cinco mil dos cerca de 17 mil metalúrgicos empregados nos estaleiros da cidade decidiram em assembleia ontem à noite em frente ao sindicato, entrar em greve por tempo indeterminado a partir de zero hora de hoje, por não concordarem com a última proposta feita pelo Sindicato das Indústrias de Construção Naval (Sinalval) para o reajuste de salários, em maio. Os metalúrgicos querem 15% do INPC pela produtividade e um piso de Cr\$ 31 mil, além de um ano de estabilidade e jornada de 40 horas semanais. O Sinalval propôs pagar a produtividade de 4% para quem ganha até Cr\$ 35 mil; 3% até Cr\$ 71 mil; 2% até Cr\$ 119 mil e piso salarial de Cr\$ 22 mil. Os patrões não aceitaram a formação de comissões de trabalhadores nos estaleiros nem a estabilidade. A greve foi votada por aclamação. Dois operários votaram contra e foram vaiados. Após a votação foram nomeadas as comissões que atuarão nos piquetes à porta dos es-

taleiros. O presidente do sindicato dos metalúrgicos afirmou que "os patrões não ofereceram nada de novo pois limitaram-se a mudar a redação da convenção anterior e até suprimiram conquistas já obtidas pelos trabalhadores, como os uniformes gratuitos e a garantia de melhores condições de segurança do trabalho". (JB - 28/4/82)

EM NITERÓI GREVE DEVE CONTINUAR

Os trabalhadores das empresas metalúrgicas de Niterói, cerca de 17 mil, decidiram ontem à noite, em assembleia, continuar a greve deflagrada na última quarta-feira, por discordarem das propostas apresentadas à tarde pelo Sindicato Nacional da Indústria de Construção Naval. O presidente desta entidade, ainda não avaliou os prejuízos da greve, mas garantiu que os dias parados serão descontados, mesmo que de forma parcelada. Em reunião conciliatória, realizada à tarde no Tribunal Regional do Trabalho, os representantes do Sinaval propuseram um índice de produtividade de 4% para todas as faixas salariais, piso de Cr\$ 22 mil 165; estabilidade de 60 dias para os membros da comissão negociadora; e manutenção da atual jornada de trabalho. Após a assembleia, que durou uma hora e meia, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos revelou que os trabalhadores continuam abertos a negociações. Na próxima segunda-feira, às 14 horas, os dois sindicatos voltam a se reunir no Ministério do Trabalho e, às 16 horas, os trabalhadores realizam nova assembleia. Na de ontem, estiveram presentes 3 mil metalúrgicos. (JB - 1/5/82)

METALÚRGICOS PODEM PROMOVER GREVE PARA RECUPERAR 7%

Uma greve geral de todos os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP) poderá ser declarada pela categoria, como forma de manifestar seu descontentamento pela suspensão do aumento de 7% acima do INPC para os filiados de cinco sindicatos, entre outros benefícios, determinada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), anteontem. A Comissão de Mobilização do Sindicato de São Bernardo convocou uma assembleia geral para sexta-feira, dia 7, às 18h30 e sábado às 10 horas, na sede da entidade, para decidir o que será feito. A primeira disposição, segundo os sindicalistas é ir até à greve, para conseguir recuperar os 7%. Os metalúrgicos de São Bernardo, inclusive começam hoje a planejar e preparar a greve, através de informações que serão transmitidas aos trabalhadores, na concentração do 1º de Maio, com passeata e ato público no Paço Municipal. Segundo o vice-presidente do Sindicato de São Bernardo, Vicente Paulo da Silva, toda a categoria lamenta a decisão do TST. Afirmou que os trabalhadores vão insistir nos 7%, pois sua reivindicação inicial, de acordo com Silva, era de 15%. E que segundo Roberto Della Manna, diretor-secretário da entidade e diretor do Departamento Sindical (Desin), responsável pelas negociações com os trabalhadores, explicou ontem que os empresários não têm condições de conceder nem mesmo os 4% determinados pelo TST. "Não concordamos com os 7% do TRT e nem com os 4% do TST, porque esses índices não condizem com a realidade que estamos vivendo. Os 4% são muito altos e não conseguiram ser absorvidos pelo setor. Sua concessão pode provocar a estagnação da atividade industrial em São Paulo e causar, o desemprego. O que demos para os outros 32 sindicatos é o máximo", disse. (FSP - 28/4/82)

TRABALHADORES RURAIS

CONTAG PEDE REFORMA AGRÁRIA

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) dis-
4.

tribuiu, ontem, nota alusiva ao Dia do Trabalho, em que reivindica a aplicação do Estatuto da Terra e critica o pacote previdenciário, "que pretende reduzir o já reduzido ganho de todos os trabalhadores, incluindo também os aposentados e pensionistas da cidade e do campo". Diz a nota que "especialmente nesse Dia do Trabalhador, a nossa mensagem pede esperança. Esperança que não se apoia em propagandas que não correspondem à realidade, mas na união, organização e disposição de luta dos trabalhadores, bem como nas demais forças democráticas comprometidas com a luta pela conquista de dias melhores para todo povo brasileiro. Queremos a aplicação do Estatuto da Terra - a Lei da Reforma Agrária. Passados 18 anos da existência dessa lei, aumentou a concentração da terra em poucas mãos. A concentração da riqueza no setor rural fez com que os pobres ficassem mais pobres e os ricos multiplicassem sua riqueza". Lembra a Contag que "o processo de concentração de terras e da renda não se dá sem violência, haja vista a multiplicação de conflitos de terra em todo o Brasil. Sabemos que os inimigos dos trabalhadores vêm usando todo tipo de violência contra nossa classe. As arbitrariedades e violências vão desde a destruição da lavoura, queima de casas, processos, espancamentos e prisões até o assassinato de companheiros". A Contag afirma que "só de 1980 para cá foram assassinados sete dirigentes sindicais, 15 trabalhadores e dois advogados do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Isto porque aumenta a resistência dos trabalhadores pela permanência na terra; porque avança a luta e a organização da nossa classe em defesa do direito à vida e ao trabalho; porque os trabalhadores e seus líderes se mantêm firmes, não cedendo às manobras e ameaças". Sobre os bôias-frias, a nota frisa que "são seis milhões de trabalhadores rurais temporários no País, levando vida subumana, quando não morrendo pelas estradas, transportados como cargas". Toda essa situação, acrescentou, "está ligada à falta de decisão política para a realização da reforma agrária. Está ligada à política que favorece uma minoria da população, em detrimento da grande maioria". No final da nota, a Contag convoca os trabalhadores para "não deixar passar o injusto pacote previdenciário, continuar firmemente unidos na luta pela conquista da reforma agrária, fortalecer a luta para pôr fim ao desemprego, preparar a construção da Central Única dos Trabalhadores, continuar a luta pela democracia, participar conscientemente das eleições e não aceitar a condição do companheiro José Francisco da Silva (presidente da Contag) e lemais companheiros enquadrados na Lei de Segurança Nacional". (FSP - 5/82)

AVRAORES SEM TERRA DÃO PRAZO NO SUL

Mil agricultores sem terra de Ibirubá, Cruz Alta e Espumoso, a cerca de 00 quilômetros de Porto Alegre, decidiram ontem, durante uma assembleia, dar um prazo de 30 dias ao governo do Rio Grande do Sul e ao Incra para que sejam assentados no Estado. Se não forem atendidos, convocarão outra assembleia e então poderão decidir formar um novo acampamento, semelhante ao que se encerrou recentemente em Ronda Alta, onde a solução provisória foi dada pela Igreja. Os agricultores também não aceitam deixar o Rio Grande do Sul. Eles foram desalojados há 12 anos de terras que foram inundadas para a formação do lago da hidrelétrica de Itaipu Real, com a promessa de que receberiam terras no Estado. Na época, mil famílias foram desalojadas, mas o Incra instalou 800 famílias em Itaiba, em Ibirubá, e Colorado e Boa Vista, em Cruz Alta. Duzentas e cinquenta famílias, na época, não puderam receber terras. Essas famílias, no entanto, já se multiplicaram, chegando a 400 atualmente, com um total de 1.100 pessoas, segundo informações dadas ontem pelo presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ibirubá, que coordenou a assembleia dos colonos. (ESP - 2/5/82)

RONDA ALTA FOI EXEMPLO, DIZ D. IVO

O presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, afirmou ontem que a transferência de 207 famílias para Nova Ronda Alta, com o apoio da Igreja, deve ter deixado claro para o governo brasileiro que resolver o problema desses colonos no próprio Estado não era tarefa tão difícil. "Não sei se a atitude da Igreja do Rio Grande do Sul, transferindo os posseiros para um acampamento provisório, chegou a irritar as autoridades" - disse d. Ivo. "Sei, apenas, que o governo ficou surpreso com a rapidez com que se resolveu o problema. Acho que o dinheiro gasto, muitas vezes des necessariamente em projetos que não são prioritários, poderia ser aplicado melhor na solução de problemas como o de Ronda Alta." (ESP - 30/4/82)

POSSEIROS NA JUSTIÇA

O advogado Jackson Sá Figueiredo entrou ontem com mandado de segurança no Tribunal de Justiça de Sergipe para impedir que 25 famílias de posseiros sejam expulsas dos terrenos que ocupam há mais de 10 anos, nas margens do rio Sergipe, na Coroa do Meio. Ele pede a sustação de uma liminar do juiz Aloísio Abreu, da 1ª Vara Cível de Aracaju, que requereu força policial para cumprir uma sentença de reintegração de posse em favor de Antônio Rodrigues Ramalho. Jackson Figueiredo alega que Antônio Ramalho não provou ser o proprietário dos terrenos, que estão sendo urbanizados pela Prefeitura, e nem que eles foram invadidos há menos de um ano. Ele espera que o mandado de segurança seja concedido antes da expulsão, pois os policiais da 4ª Delegacia de Aracaju já se preparam para executá-la. (ESP - 30/4/82)

POSSEIROS PEDEM APOIO A DEPUTADOS (SP)

Cerca de 150 pessoas - posseiros do Jardim Nova União, em Moji das Cruzes, na grande São Paulo, e seus familiares - foram ontem à Assembleia Legislativa denunciar aos deputados a situação em que se encontram, ameaçadas de ter de abandonar suas casas, construídas em terras que estão sendo reclamadas na Justiça por duas ações de reintegração de posse. Um deputado do PMDB, narrou em plenário o que vem acontecendo às famílias de posseiros que, para se defender, organizaram uma entidade civil, a Associação dos Moradores de Vila Nova União. No entanto, como não cabe ao Legislativo qualquer medida no caso, os parlamentares limitaram-se a prestar sua solidariedade ao grupo. (FSP - 28/4/82)

ACIDENTES COM "BÓIAS-FRIAS" TORNAM-SE CORRIQUEIROS

Quatorze bóias-frias ficaram feridos, dois deles com gravidade, ontem, por volta das 6h20, quando o Mercedes-Benz placa MB-4154, dirigido por Irineu Palma, que os carregava em sua carroçaria, ao trafegar pela avenida Laguna (Maringá - PR), sem observar a preferencial, chocou-se violentamente com um ônibus urbano. Os trabalhadores volantes estavam sendo transportados para a firma Consuing, situada na estrada Romeira. Muitos nem chegaram a ver o acidente, mas os que o testemunharam disseram que o caminhão não conseguiu frear a tempo de evitar a colisão, pois desenvolvia grande velocidade. Alguns dos feridos foram lançados ao solo tal a violência do choque. (FSP - 28/4/82)

ÍNDIOS

CONTINUAM "CRITÉRIOS SANGUÍNEOS DE INDIANIDADE" ...

O presidente da Funai, Paulo Leal, declara no dia 13 de abril de 1982, por ocasião da sua visita ao Parque Nacional do Xingu: "Quando assumi a presidência da Funai, em outubro passado, os estudos dos critérios de indianidade já estavam concluídos, bastando apenas a aprovação. Eu não aproveitei por que não acredito que haja necessidade de novos critérios para definir quem é ou não índio além dos critérios que são estabelecidos pelo Estatuto do Índio." No Dia do Índio, 19 de abril, o secretário do CIMI denuncia que continuam sendo aplicados (não somente estudados) os "critérios sanguíneos de indianidade" e declara que a atuação da AGESP, dirigida pelo cel. Zanoni Hausen, revela uma "profunda discordância na Funai, porque ao mesmo tempo em que o cel. Paulo Leal, presidente do órgão, desaprova os critérios de indianidade, o cel. Zanoni Hausen, diretor da AGESP, elabora novos critérios". O presidente da Funai declara no Dia do Índio, ao sair da Igreja Dom Bosco, onde assistiu uma Missa com 12 índios, que a notícia seria "descabida" e diz: "Esses critérios não devem existir". Pergunta-se, se o cel. Zanoni Hausen insistiu nos "indicadores de sangue" sem o presidente da Funai saber? Está em jogo a credibilidade do próprio presidente. O que está por trás? No caso dos Xacriabá: A fábrica de cimento Cauê está interessada na terra dos índios Xacriabá. Cauê e o ex-presidente da Funai, Nobre da Veiga, mantiveram relações amistosas, conta-se na própria Funai. Fins de janeiro de 82, alguns índios Tapirapé vieram a Brasília para defender sua terra, até então não demarcada. Os índios se queixaram que foi lhes tirado muito sangue pelo Dr. Paulo, sem que nenhuma doença justificasse tal procedimento. Estes exames foram feitos por ordem do cel. Barros Lima responsável pelo setor de saúde, antigamente subordinado a AGESP do cel. Zanoni Hausen. Hoje o setor de saúde depende do DGO do Sr. Gerson da Silva Alves. Tudo indica que o cel. Barros Lima segue ainda as diretrizes do cel. Zanoni Hausen. A análise laboratorial ficou na responsabilidade da Dra. Lise Mary Alves Lima, médica da Fundação Hospitalar do Distrito Federal de Brasília. (CIMI/BRASÍLIA - 26/4/82)

CRITÉRIOS BIOLÓGICOS DE SANGUE

Todo mundo tem um determinado tipo de sangue. São quatro os tipos: A, B, AB e O. Além disso há ainda o fator Rh positivo ou negativo. Segundo uma determinada antropologia física, os índios "puros" teriam: "O" e Rh positivo. Com isso eles são doadores universais de sangue. O Dr. João Botelho da Escola Paulista de Medicina declarou os "critérios" do cel. Zanoni como "simplórios". Os Bascos, por exemplo, também têm bastante "O" e Rh positivo. Os Bascos são índios? No mundo inteiro rejeita-se hoje estes "critérios biológicos" que são racistas e nazistas (serviam um tempo para selecionar os judeus na Alemanha nazista e manda-los ao campo de concentração). Quem reduz a questão da "identidade étnica" a uma questão genética e assim se esquece dos fatores culturais, sociais, políticos e históricos, é racista. (CIMI/BRASÍLIA - 26/4/82)

MEMORANDO INTERNO DA FUNAI SOBRE CRITÉRIOS SANGUÍNEOS

Mem. nº 2/5/82 - AGESP

Do: Assessor Técnico Chefe

A : Antropóloga Maria Antonieta Barbosa de Oliveira

Assunto: Consulta sobre identidade étnica

Ontem, tendo eu recebido incumbência do Exmo. Sr. Presidente no sentido de assessorá-lo sobre os Xacriabá, perguntei a V. Sa. quanto à identidade étnica daqueles índios, e como ficaria a população, se fossem aplicados indicadores biológicos, melhor dizendo, de sangue. V. Sa. respondeu textualmente: "recuso-me a responder tal pergunta". Como tal procedimento não pode ficar registrado, solicito responder por escrito, e ao pé deste, a seguinte pergunta: como ficaria a população Xacriabá, em termos de identidade étnica, se fossem aplicados indicadores de sangue?

Ass. Ivan Zanoni Hausen. Em 25/3/82 - (MEMORANDO DA AGESP: FUNAI, BRASÍLIA)

REPÚDIO A CRITÉRIOS SANGUÍNEOS

Enquanto a presidência da CNBB e a Comissão Episcopal de Pastoral - CEP - divulgavam ontem nota de repúdio à aplicação de critérios biológicos de sangue em populações indígenas para verificar identidade étnica delas, o presidente da Funai enviava ofício aos funcionários da fundação proibindo o prosseguimento das discussões em torno destes critérios biológicos. Na nota, a presidência da CNBB e a CEP ressaltam que, "assim como os antropólogos, consideramos tal procedimento como racista, lembrando métodos nazistas e ofendendo princípios éticos e cristãos". Ao comentá-la o bispo de Januária afirmou que 'reduzir a identificação étnica a critérios sanguíneos seria um proceder animalesco e, por isso mesmo, inadmissível'. "No caso do presidente Geisel, por exemplo - continuou o Bispo -, se fossem adotados critérios biológicos, não teríamos como considerá-lo um brasileiro. No entanto - afirmou -, mesmo de origem alemã, ele foi presidente do Brasil e é reconhecido como um brasileiro nato." (ESP - 29/4/82)

REUNIÃO DEBATE CRITÉRIOS

O presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, convocou para uma reunião, ontem, o diretor do Departamento de Saúde da Funai, coronel Barros Lima, e a médica Lise Mary Alves Lima que, de acordo com a denúncia feita pelo Conselho Indigenista Missionário - Cimi - teria colhido sangue dos índios tapirapé, no mês de janeiro, em Brasília, para exames sanguíneos, com o objetivo de estabelecer critérios de indianidade. O secretário do Cimi, padre Paulo Suess, fez um relato ontem à presidência da CNBB e bispos que integram a Comissão Episcopal de Pastoral do problema, reafirmando que há divergência na Funai, entre o presidente, coronel Paulo Leal, e o diretor da Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas, coronel Zanoni Hausen. (ESP - 28/4/82)

ÍNDIOS ATACAM INVASORES DE SUAS TERRAS

Índios armados de revólveres, espingardas e até mosquetões estão saqueando e incendiando os ranchos de posseiros que moram na reserva dos cativeiros, na região do Bodoquena, no Mato Grosso do Sul. Segundo denúncias apresentadas nas delegacias de Aquidauana, Miranda e Bodoquena, o grupo é formado por cerca de 50 índios. Na semana passada, policiais militares estiveram na região e tiveram de voltar no final de semana, por causa de novos ataques. Também dois agentes da Polícia Federal estiveram em Bodoquena, mas foram embora sexta-feira alegando que não trabalhavam em fim de semana. Os agricultores consideram a situação delicada, porque a cada rancho que atacam os índios conseguem novas armas e um posseiro denunciou que "brancos mascarados" acompanharam alguns ataques. O delegado da Funai no Mato Grosso do Sul, Amaro Barbeitas, chegou sábado a Bodoquena e soube que os funcionários do posto de Tarumã fugiram com medo dos índios. Este posto é responsável pela reserva. Há alguns anos, fazendeiros começaram a criar gado no distrito de Moraria, arrendando terras dentro da área cativeiro, doada a esse grupo indígena pelo governo, pagando preços irrisórios. Outras terras, no entanto, começaram a ser invadidas por posseiros há oito anos e, hoje, estão ocupadas por seis mil famílias, que plantam arroz, feijão, café, milho, mandioca, soja e batata. (ESP - 27/4/82)

PROBLEMA ENTRE CADIVEUS E COLONOS É ANTIGO

O problema entre posseiros e índios, conforme denúncias feitas por deputados oposicionistas na Assembleia Legislativa, vem desde a época do antigo Mato Grosso, quando a Codemat, responsável pelas questões de terras, criou na região a colônia agrícola Arnaldo Estevão de Figueiredo. Os trabalhos pararam a doação das terras a colonos, no entanto, ficou pela metade, provocando a situação que é vivida hoje no local. Segundo um do

~~cumento enviado ao Ministro do Interior, em 23 de janeiro, já naquela ocasião havia problemas entre índios e colonos, com a participação de criadores de gado da região, arrendatários da Funai e pelos próprios funcionários da Fundação. Denunciaram ainda - de acordo com o documento - negociatas entre funcionários da Funai e fazendeiros locais. (JB - 30/4/82)~~

SERTANISTA NÃO ACEITA REDUÇÃO DAS RESERVAS

Um possível redimensionamento de reservas indígenas em qualquer região do País é assunto para ser tratado entre agrimensores, antropólogos e outros técnicos, não podendo ser uma decisão isolada de um governador de Estado, disse em Porto Velho (RO) o sertanista Apoena Meirelles, delegado regional da Funai, colocando-se contra qualquer revisão de reservas já existentes em Rondônia. "Isto não pode sequer ser objeto de estudo para redução, muito pelo contrário, o governo deve colaborar com a Funai no policiamento dessas áreas, pois o problema do índio é tarefa de todos os brasileiros", frisou o sertanista. Quanto às outras áreas ainda não demarcadas, Apoena Meirelles disse que é competência da equipe técnica da Funai se pronunciar sobre o assunto, sendo questão complexa que envolve técnicos de várias especialidades, não sendo tarefa para apenas uma pessoa. Acrescentou que enquanto for delegado da Funai em Rondônia "não serão reduzidas nem objetos de estudos nesse sentido". (ESP - 29/4/82)

FUNAI RECONHECE IDENTIDADE ÉTNICA DOS ÍNDIOS TRUCÁ

A identidade étnica dos índios Trucá, que vivem na ilha de Assunção (PE), "não pode ser contestada pela Funai". A afirmativa foi feita ontem pelo próprio presidente do órgão, baseando-se no levantamento feito pelo Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco (Condepe) sobre as comunidades indígenas daquele Estado. A indianidade dos Trucá levantou algumas dúvidas na Funai e o ex-presidente do órgão, coronel Nobre da Veiga, argumentava que "se o SPI (Serviço de Proteção aos Índios), que existiu durante quase 60 anos, não reconheceu essas tribos todas, a Funai não tem obrigação de reconhecer". O atual presidente, entretanto, decidiu que os critérios para avaliar a indianidade dos grupos tribais do Brasil são "os critérios contidos no Estatuto do Índio". (FSP - 27/4/82)

GUARANIS VÃO TER NOVA ÁREA

As quinze famílias de índios guaranis que vivem atualmente na área do futuro reservatório da hidrelétrica de Itaipu aceitaram proposta feita pela binacional para serem transferidos para uma área de 200 hectares, situada no município de São Miguel do Iguaçu (PR). Na próxima semana, os membros da Comissão Justiça e Paz do Paraná vão reunir-se, em Foz do Iguaçu, com representantes do Incra, Funai e Itaipu para definir as condições da transferência dessas terras aos índios. O principal problema agora, segundo o presidente da Comissão, é que Itaipu só reconhece o direito de oito das quinze famílias indígenas sobre as terras. Além disso, a binacional já anunciou que vai titular separadamente as propriedades de cada uma dessas famílias, mas as entidades que defendem os índios pretendem que todas elas sejam tratadas como uma comunidade e recebam as terras em regime de condomínio. (ESP - 30/4/82)

MAIS PANFLETOS CONTRA A IGREJA

A CNBB informou ontem que durante o domingo foram distribuídos novamente, nas igrejas de Brasília, centenas de folhetos que acusam o bispo de Roraima, D. Aldo Mongiano, de "agitador e comunista". No domingo passado, outro folheto anônimo foi divulgado na cidade. O folheto de onze páginas distribuído no último domingo, conta a história da "Santinha que venceu o demônio". O texto, de acordo com a publicação teria sido preparado pela arquidiocese de Manaus, e editado em São Paulo, pelas edições Paulinas. A publicação conta a história da irmã Alba, que vivia em Caraí, na Amazônia, e que foi convocada para uma reunião da Comissão Pastoral da Terra. No folheto, todo ilustrado, aparece a irmã participando da reunião onde se vêem lemas como: "Vamos derrubar o Governo" e "Pela Luta Armada". A irmã sai revoltada da reunião e denuncia que o bispo de Roraima, d. Aldo, e o padre de Caracaraí, Nilvo, "são comunistas e querem impor a desordem e a matança". "Na reunião só tinha comunista" - diz a freira. "A Pastoral da Terra é uma vergonha". A CNBB não quis fazer qualquer comentário sobre este novo folheto, adotando a mesma atitude da semana passada. Os assessores da CNBB foram apenas informados de que os folhetos foram distribuídos num carro com a placa OF-7509. (ESP - 27/4/82)

CNBB DENUNCIA CAMPANHA DE DIFAMACAO

Os panfletos que vêm sendo distribuídos contra a Igreja, acusando padres e bispos de comunistas, não têm outro objetivo senão o de "criar a imagem de uma Igreja dividida e gerar confusão no povo" - segundo nota publicada no boletim semanal da CNBB Notícias, que circulou ontem. A CNBB menciona ainda que, além do material impresso distribuído pelo correio e nas Igrejas - como ocorreu no caso das acusações contra os Bispos Vicente Zico (Belém) e Aldo Mongiani (Boa Vista) - há "outras formas de difamação que vêm se multiplicando". Cita o caso da divulgação destes panfletos pela Rádio Nacional, anteontem, e o programa Ponto de Vista, da TV Nacional de Brasília que, através dos mesmos panfletos, acusou a Igreja de comunista. (JB - 2/5/82)

INVASÕES: CARDEAL DEFENDE DOCUMENTO

O cardeal d. Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, contestou ontem as críticas que o senador biônico Jutahy Magalhães (PDS-BA) fez ao documento da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB) sobre o fenômeno das invasões nas grandes cidades. "Sem querer justificar, em sentido pleno, as invasões - porque, em princípio, não seria o caminho certo - , a Igreja reconhece que o problema não está resolvido e pede maior sensibilidade para se encontrar a fórmula, que não deve ser unicamente a alegação do direito de propriedade" - disse o cardeal Brandão Vilela, lembrando, inclusive, que "convém ressaltar que muitas propriedades têm surgido contra as normas do Direito". D. Avelar ressaltou que o documento, aprovado praticamente por unanimidade na última reunião da CNBB em Itaici, "aceita e reconhece o legítimo direito de propriedade, mas declara e reconhece que este direito não é absoluto - aliás, seguindo a linha de sua doutrina tradicional - , o que quer dizer que toda a propriedade tem também uma função social". D. Avelar afirma que "o problema, muito mais complexo do que parece, deve merecer um estudo sereno e objetivo, para encontrarmos caminhos que respeitem, de um lado, a propriedade privada, e do outro facilitem a multiplicação desse direito para os que nada possuem". (ESP - 27/4/82)

ARCEBISPO DIZ QUE PATRÓES "EXPLORAM"

Manifestando uma posição de denúncia contra o setor patronal, que na sua opinião "explora de forma desumana a classe trabalhadora", o arcebispo de Campinas, d. Gilberto Pereira Lopes distribuiu às suas 75 paró-

quias e 40 Comunidades de Base um documento no qual defende a luta organizada dos trabalhadores pela garantia de emprego, elevação dos salários e criação do salário-desemprego. Cópia do documento foi levada por d. Gilberto para o Vaticano. Segundo o porta-voz da arquidiocese, "a viagem de d. Gilberto tem o objetivo de confirmar a nossa opção pelos trabalhadores". (FSP - 29/4/82)

POLÍTICA NACIONAL

ÁREA DE SEGURANÇA, AJINDA SEM ELEIÇÃO

Apesar das proximidades das eleições gerais de novembro, dezenas de cidades brasileiras não têm candidatos a prefeito. São as áreas consideradas de interesse para a segurança nacional, capitais do Estado e mesmo algumas estâncias hidrominerais, que desde o final da década de 60 - algumas ainda antes - não podem escolher seus administradores, nomeados pelos governadores e aprovados pelo Planalto. No início da semana, um decreto do presidente João Figueiredo determinou que os prefeitos de áreas de segurança nacional não poderão ser demitidos sem a aprovação da Presidência da República - o que para o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, "não passa de mais uma demonstração de arbítrio, de concentração de poder". E, se a indicação indireta fez surgir administradores como Olavo Setúbal, ou Jaime Lerner, também foi responsável por inúmeras denúncias de irregularidades, corrupção e afastamentos sumários de prefeitos nomeados. A revisão, pelo Conselho de Segurança Nacional, da relação das cidades sem autonomia, iniciada há um ano, não teve resultados até agora. E se o ministro da Justiça se declara favorável à volta das eleições diretas municipais, pelo menos em alguns casos, fontes do Planalto garantem que o presidente Figueiredo não pretende devolver a autonomia às capitais. (ESP - 2/5/82)

FIGUEIREDO ADMITE MUDAR LEI ELEITORAL

A possibilidade de novas modificações na legislação eleitoral antes de 15 de novembro foi admitida pelo Presidente da República, em inesperada entrevista, no Palácio Piratini, depois de encontro com líderes do PDS gaúcho. Figueiredo reafirmou a garantia de que haverá respeito absoluto ao resultado das eleições. (JB - 29/4/82)

OUTRAS

SALÁRIO MÍNIMO AUMENTA

A partir de maio será de Cr\$ 16 mil 608 o maior salário mínimo no Brasil, correspondente às Regiões Sudeste e Sul e do Distrito Federal. A faixa intermediária, que corresponde aos Estados de Pernambuco, Bahia, Acre, Amazonas, Pará e aos Territórios Federais, o novo salário será de Cr\$ 14 mil 400. O salário mais baixo, de Cr\$ 13 mil 920, abrangerá os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe. O salário mínimo foi afetado de tal forma pela perda do poder aquisitivo que, hoje, tem 55% do valor do primeiro salário mínimo do trabalhador, instituído em 1940. O Dieese assinala que, "para se manter nutrido, morar, usar um meio de transporte, etc, o trabalhador teria de trabalhar, por mês, 310 horas e 36 minutos." Portanto, o salário mínimo deveria ser de Cr\$ 42.197. (FSP - 1/5/82 e JB - 30/4/82)

MENSAGEM DA CNBB SOBRE O 1º DE MAIO

As altas taxas de desemprego e a falta de liberdade e autonomia sindical foram apontados, ontem, pela presidência da CNBB e pelos bispos que integram a Comissão Episcopal de Pastoral como problemas graves que continuam pesando sobre o mundo do trabalho. Na sua mensagem para o 1º de Maio, a CNBB criticou o sistema capitalista, afirmando que "ele incorreu no erro de tratar o homem como instrumento de produção e o trabalho como mercadoria" e também o sistema marxista, no qual "o homem não é o sujeito do trabalho humano, mas continua sendo incompreendido na sua dignidade e tratado na dependência daquilo que é material". Diz a mensagem: "Neste 1º de Maio, Dia do Trabalho, nós, bispos da presidência e da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, sentindo-nos solidários com os trabalhadores do Brasil, manifestamos nossa preocupação com os graves problemas que continuam pesando sobre o mundo do trabalho, especialmente a persistência de altas taxas de desemprego e a falta de liberdade e de autonomia sindical. O empenho pela superação desses e de outros males que afligem os trabalhadores e suas famílias recebe nova inspiração na recente encíclica "Laborem Exercens", de João Paulo II, sobre o trabalho humano e na ocorrência, em novembro desse ano, do centenário do nascimento da figura providencial do cardeal Cardijn, filho de trabalhador, apóstolo dos jovens trabalhadores e fundador da JOC (Juventude Operária Católica). Na visão do papa, "o trabalho humano é uma chave, proveniente a chave essencial de toda a questão social, se nós procurarmos vê-la verdadeiramente sob o ponto de vista do bem do homem" (Laborem Exercens nº 3). O trabalho ocupa essa posição de preeminência não tanto pela função produtiva, que lhe é própria, mas pelo fato de o homem, como pessoa, encontrar nele a possibilidade de sua realização. O capitalismo, como mostra a encíclica, incorreu no erro de tratar o homem como instrumento de produção e o trabalho como mercadoria (cf. nº 7). No entanto, adverte-nos também o papa, "o erro do primitivo capitalismo pode repetir-se onde quer que o homem seja tratado, de alguma forma... como um instrumento" (nº 7). Fruto dessa distorção foi a degradação do homem como sujeito do trabalho e a exploração inaudita que a acompanhou (cf. nº 8), e que conduziu ao conflito histórico entre capital e trabalho. Para a superação desse conflito, a encíclica aponta o princípio da prioridade do trabalho em confronto com o capital. A razão para essa prioridade é a dignidade humana, que se exprime no trabalho, e o fato de o mesmo ser sempre "uma causa eficiente primária, enquanto o 'capital', sendo o conjunto dos meios de produção, permanece apenas um instrumento" (nº 12). Também no sistema marxista coletivista o homem não é o sujeito do trabalho humano, mas continua sendo incompreendido na sua dignidade e tratado na dependência daquilo que é material (cf. nº 13). Consequência de um sistema que não da prioridade do trabalho sobre o capital, nem reconhece a primazia do homem sobre a matéria, é a persistência de elevadas taxas de desemprego e de subemprego, também entre os jovens que procuram trabalho pela primeira vez. Embora estes problemas existam em outros países, no Brasil seus efeitos são mais dolorosos pelo desamparo a que são relegados os que não têm emprego. Em nossa Pátria, os desempregados "se vêem obrigados a pedir esmola, se eles e suas famílias não querem morrer de fome. Também aqui a encíclica nos aponta uma solução, ao falar da obrigação que cabe sobretudo ao Estado de atuar eficazmente contra o desemprego e de 'conceder fundos em favor dos desempregados' (nr 18). Os sindicatos, que "cresceram na luta dos trabalhadores pela defesa dos seus justos direitos" (nr 20), passam hoje por sérias dificuldades. A falta de autonomia e de liberdade sindical vêm somar-se às dificuldades decorrentes da falta de empregos e de uma situação geral de insegurança no emprego. Em relação aos sindicatos, parece-nos indispensável continuar reivindicando uma efetiva autonomia, que o papa reclama para uma série de corpos intermediários na sociedade" (cf nº 14). Finalizando: "A Igreja está ao lado dos trabalhadores".